



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Alcantil

LEI Nº 105/2005.

Estabelece as diretrizes, orientações e metas.
Orçamentárias para o exercício de 2006 e
dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL, ESTADO DA
PARAÍBA.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alcantil aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. – São estabelecidas, as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2006, em cumprimento ao disposto no Art.165 § 2º, da Constituição Federal, Art. 35 § 2º, inciso II dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, Art. 4º, inciso I da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 e Art. 60 inciso V, incisos I a IV do § 2º e inciso II do Art. 90 da Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I – as metas e as prioridades da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
- VII as disposições finais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º. – As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2006, especificadas de acordo com os macro objetivos estabelecidos para o Plano Plurianual encontram-se detalhados no anexo I desta lei.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. - Para efeito desta lei, entende-se por:



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Alcantil

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e.

IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. – Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º. – As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei orçamentária, por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º. – Os orçamentos fiscais e da seguridade social, compreenderão a programação dos órgãos do Município, autarquias, fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Município detém a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 5º. – O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido nas alíneas “a” e “b” do Parágrafo 5º do Art. 55 da Lei Orgânica do Município e no Artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, e será composto de :

I – texto da lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – anexo do orçamento de investimentos das despesas;



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Alcantil

V – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º. – Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no artigo 22, incisos III e IV, e parágrafo único da lei 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – do resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

II – do resumo da estimativa da receita total do Município por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

III – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

IV – da fixação da despesa do município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

V – da receita arrecada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

VI – da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VII – da receita prevista a que se refere a proposta;

VIII – da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

IX – da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

X – da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;

XI – da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

XII – do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

XIII – das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total da cada um dos orçamentos;

XIV – da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Alcantil

XV – da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesas;

XVI – de aplicação de recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;

XVII – do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;

XVIII – da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;

XIX – da receita corrente líquida com base no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar no. 101/2000;

XX – da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional no. 29.

Art. 6º. – Na lei orçamentária anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria no. 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria no. 163 de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

I – o orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

a) – **DESPESAS CORRENTES**

Pessoal e Encargos Sociais;

Juros e Encargos da Dívida;

Outras Despesas Correntes;

b) - **DESPESAS DE CAPITAL**

Investimentos;

Inversões Financeiras;

Amortização e Refinanciamento da Dívida;

Outras Despesas de Capital.

Parágrafo Único - O montante da despesa de capital a ser fixado para o exercício de 2006 deverá corresponder até o limite de 30 % (trinta por cento) do valor total do orçamento previsto para o exercício.

Art. 7º. – O projeto de lei orçamentária deste Município, relativo ao exercício de 2006, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Alcantil

I – o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 8º. – Será assegurado aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Art. 9º. – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere tomando-se como referência os valores de agosto de 2005.

Art. 10 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 11 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do Art. 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar no. 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. – Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º. – No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos sociais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar no. 101/2000;

§ - 3º. – Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 12 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Art. 13 – A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações nos termos da Lei no. 4.320/64.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Alcantil

Art. 14 – Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 15 – Observadas as prioridades a que se refere o Art. 2º, desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento.

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio públicos;

III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 16 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

§ 1º. – Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2006 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º. – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º. – Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I – publicação pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio da finalidade;

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º. – A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

am



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Alcantil

Art. 17 – A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do Art. 62 da Lei Complementar no. 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 18 – As receitas próprias das entidades mencionadas no artigo 15 serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

Art. 19 – A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 20 – A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2006, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 21 – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 22 – O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitadas os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo Único – A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 23 – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no Art.38 da Lei Complementar no. 101/2000.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 24 – No exercício financeiro de 2006, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar no. 101/2000.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Alcantil

Art. 25 – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º, e 4º, do Art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 26 – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergências das áreas de saúde e de saneamento.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA

Art. 27 – A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2006, poderá contemplar medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 28 - A estimativa de receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Intervivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Alcantil

§ 1º – Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º – A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 – É vedado consignar na Lei Orçamentária, crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 30 – O Poder Executivo, poderá consignar na Lei Orçamentária, autorização para abertura de créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do seu montante.

Art. 31 – O Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária anual para o exercício de 2006 até o dia 30 de setembro de 2005.

Art. 32 – A mesa da Câmara deverá encaminhar ao Poder Executivo Municipal, até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa as dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2006, observadas as disposições do Art. 29ª da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional 25/00.

Art. 33 – A Mesa da Câmara Municipal, deverá devolver para sanção do Prefeito Municipal, o projeto de Lei Orçamentário para 2006 com os respectivos autógrafos até 15 de dezembro de 2005.

Art. 34 – O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 35 – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Alcantil

Art. 36 – Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no Art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação.

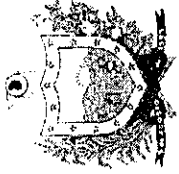
Art. 38 – As metas e projeções fiscais, metas dos exercícios anteriores e patrimônio líquido, estão demonstrados nos anexos I, II, III e IV desta Lei.

Art. 39 – Não sendo sancionada e publicada até 31 de dezembro do corrente ano, a Lei Orçamentária de 2006, poderá ser executada como proposto a razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 40 – Revogadas as disposições em contrário esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alcantil, em 28 de JULHO de 2005.


JOSE MILTON RODRIGUES
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTIL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2006

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2006			2007			2008		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (e)	Valor Constante	% PIB (f) = (e / PIB) x 100
	Receita Total	5.078.975	4.774.237	-	5.383.714	4.732.284	-	6.029.759	4.956.462
Receitas Não-Financeiras (I)	5.065.750	4.761.805	-	5.369.695	4.719.962	-	6.014.058	4.943.556	-
Despesas Total	5.078.975	4.774.237	-	5.383.714	4.732.284	-	6.029.759	4.956.462	-
Despesas Não-Financeiras (II)	4.968.575	4.670.461	-	5.266.690	4.629.420	-	5.898.692	4.848.725	-
Resultado Primário (I - II)	97.175	91.345	-	103.006	90.542	-	115.366	94.831	-
Resultado Nominal	14.400	13.536	-	6.624	5.822	-	7.021	5.772	-
Dívida Pública Consolidada	110.400	103.776	-	117.024	102.864	-	124.045	101.965	-
Dívida Consolidada Líquida	110.400	103.776	-	117.024	102.864	-	124.045	101.965	-

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÂNTIL

PROPOSTA ALCÂNTIL 20107 05

20/07/05

SECRETARIO

SECRETARIO

SECRETARIO

SECRETARIO

SECRETARIO

SECRETARIO

SECRETARIO

SECRETARIO

SECRETARIO

SECRETARIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2006

LR, art 4º, § 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previsas em 2004	% PIB	II - Metas Realizadas em 2004	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor	%
I - Receita Total	-	-	3.679.282	-	3.679.282	-
II - Receitas Não-Financeiras	-	-	3.679.292	-	3.679.292	-
III - Despesas Total	-	-	3.502.478	-	3.502.478	-
- Despesas Não-Financeiras	-	-	4.320.500	-	4.320.500	-
V - Resultado Primário (II - IV)	-	-	86.000	-	86.000	-
VI - Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-
VII - Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-

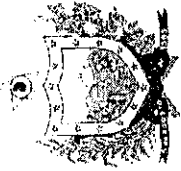
CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANTIL

08/07/05

SECRETARIO

PRESIDENTE

(Handwritten signatures and stamps)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2006

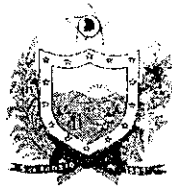
R\$ milhares

LRF, art 4º, § 1º

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2003	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	
Receita Total	-	3.679.292	-	4.416.500	120,04	5.078.975	115,00	5.383.714	6,00	6.029.759	12,00	
Receitas Não-Financeiras (I)	-	3.679.292	-	4.406.500	119,76	5.065.750	114,96	5.369.695	6,00	6.014.058	12,00	
Despesas Total	-	3.502.478	-	4.416.500	126,10	5.078.975	115,00	5.383.714	6,00	6.029.759	12,00	
Despesas Não-Financeiras (II)	-	4.320.000	-	4.320.500	100,01	4.968.575	115,00	5.266.690	6,00	5.898.692	12,00	
Resultado Primário (I - II)	-	86.000	-	86.000	100,00	97.175	112,99	103.006	6,00	115.366	12,00	
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	14.400	-	6.624	(54,00)	7.021	6,00	
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	110.400	-	117.024	6,00	124.045	6,00	
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	110.400	-	117.024	6,00	124.045	6,00	

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2003	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	
Receita Total	-	3.679.292	-	4.416.500	120	4.774.237	108	4.732.284	(1)	4.956.462	5	
Receitas Não-Financeiras (I)	-	3.679.292	-	4.406.500	120	4.761.805	108	4.719.962	(1)	4.943.556	5	
Despesas Total	-	3.502.478	-	4.416.500	126	4.774.237	108	4.732.284	(1)	4.956.462	5	
Despesas Não-Financeiras (II)	-	4.320.000	-	4.320.500	100	4.670.461	108	4.629.420	(1)	4.848.725	5	
Resultado Primário (I - II)	-	86.000	-	86.000	100	91.345	106	90.542	(1)	94.831	5	
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	13.536	-	5.822	(57)	5.772	(1)	
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	103.776	-	102.864	(1)	101.965	(1)	
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	103.776	-	102.864	(1)	101.965	(1)	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2006

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

PATRIMONIO LIQUIDO	2004	%	2003	%	2002	%
Patrimônio/Capital	-	-	1.640.908	99,88	-	0,00
Reservas	-	-	-	-	-	0,00
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL	2.004	100,00	1.642.911	100,00	2.002	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

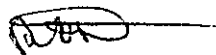
PATRIMONIO LIQUIDO	2004	%	2003	%	2002	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	0,00
Reservas	-	-	-	-	-	0,00
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL	2.004	100,00	2.003	100,00	2.002	100,00

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA

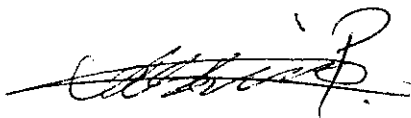
TERCEIRO PERÍODO ALCÂNTARA, 28 de Outubro de 2005


PRESIDENTE

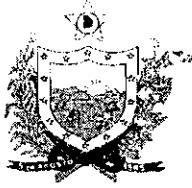

SECRETÁRIO











PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS
2006

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

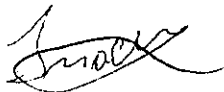
RISCOS FISCAIS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Inadimplência	20.000	Abertura de créditos adicionais a partir da	
		Reserva de Contingência	20.000
TOTAL	20.000	TOTAL	20.000

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANTIL

MUNICÍPIO DE ALCANTIL 28 / 07 / 05

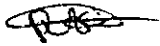

PRESIDENTE

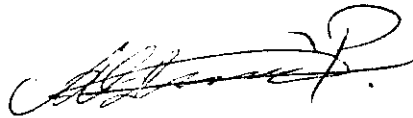

SECRETÁRIO

















PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2006

R\$ milhares

LRF, art 4º, § 1º

ESPECIFICAÇÃO	2006			2007			2008		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (e)	Valor Constante	% PIB (f) = (e / PIB) x 100
Receita Total	5.078.975	4.774.237	-	5.383.714	4.732.284	-	6.029.759	4.956.462	-
Receitas Não-Financeiras (I)	5.065.750	4.761.805	-	5.369.695	4.719.962	-	6.014.058	4.943.556	-
Despesas Total	5.078.975	4.774.237	-	5.383.714	4.732.284	-	6.029.759	4.956.462	-
Despesas Não-Financeiras (II)	4.968.575	4.670.461	-	5.266.690	4.629.420	-	5.898.692	4.848.725	-
Resultado Primário (I - II)	97.175	91.345	-	103.006	90.542	-	115.366	94.831	-
Resultado Nominal	14.400	13.536	-	6.624	5.822	-	7.021	5.772	-
Dívida Pública Consolidada	110.400	103.776	-	117.024	102.864	-	124.045	101.965	-
Dívida Consolidada Líquida	110.400	103.776	-	117.024	102.864	-	124.045	101.965	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL

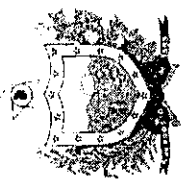
EXERCÍCIO ALCANTIL 2010/105

SECRETARIO

SECRETARIO

[Handwritten signatures and stamps]

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2006

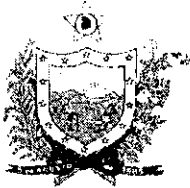
R\$ milhares

LRF, art 4º, § 1º

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2003	2004	%	2005	%	2006	2007	%	2008	%	
Receita Total	-	3.679.292	-	4.416.500	120,04	5.078.975	115,00	5.383.714	6,00	6.029.759	12,00
Receitas Não-Financeiras (I)	-	3.679.292	-	4.406.500	119,76	5.065.750	114,96	5.369.695	6,00	6.014.058	12,00
Despesas Total	-	3.502.478	-	4.416.500	126,10	5.078.975	115,00	5.383.714	6,00	6.029.759	12,00
Despesas Não-Financeiras (II)	-	4.320.000	-	4.320.500	100,01	4.968.575	115,00	5.266.690	6,00	5.898.692	12,00
Resultado Primário (I - II)	-	86.000	-	86.000	100,00	97.175	112,99	103.006	6,00	115.366	12,00
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	14.400	-	6.624	(54,00)	7.021	6,00
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	110.400	-	117.024	6,00	124.045	6,00
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	110.400	-	117.024	6,00	124.045	6,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2003	2004	%	2005	%	2006	2007	%	2008	%	
Receita Total	-	3.679.292	-	4.416.500	120	4.774.237	108	4.732.284	(1)	4.956.462	5
Receitas Não-Financeiras (I)	-	3.679.292	-	4.406.500	120	4.761.805	108	4.719.962	(1)	4.943.556	5
Despesas Total	-	3.502.478	-	4.416.500	126	4.774.237	108	4.732.284	(1)	4.956.462	5
Despesas Não-Financeiras (II)	-	4.320.000	-	4.320.500	100	4.670.461	108	4.629.420	(1)	4.848.725	5
Resultado Primário (I - II)	-	86.000	-	86.000	100	91.345	106	90.542	(1)	94.831	5
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	13.536	-	5.822	(57)	5.772	(1)
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	103.776	-	102.864	(1)	101.965	(1)
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	103.776	-	102.864	(1)	101.965	(1)

SECRETARIA DE FINANÇAS
30/07/06
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA
ANEXO DE METAS FISCAIS
2006



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS
2006

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

RISCOS FISCAIS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Inadimplência	20.000	Abertura de créditos adicionais a partir da	
		Reserva de Contingência	20.000
TOTAL	20.000	TOTAL	20.000

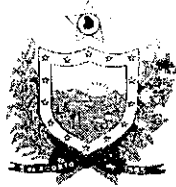
CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANTIL

TERCEIRO ALCANTIL

28, 07, 05

PRESIDENTE

SECRETARIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2006**

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2004	% PIB	II - Metas Realizadas em 2004	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor	%
I - Receita Total	-	-	3.679.282	-	3.679.282	-
II - Receitas Não-Financeiras	-	-	3.679.292	-	3.679.292	-
III - Despesas Total	-	-	3.502.478	-	3.502.478	-
- Despesas Não-Financeiras	-	-	4.320.500	-	4.320.500	-
V - Resultado Primário (II - IV)	-	-	86.000	-	86.000	-
VI - Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-
VII - Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA

APROVADO ALCÂNTARA 28.1.07/05

PRESIDENTE

SECRETÁRIO